

SUMÁRIO

I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	21
1. Fontes do direito processual do trabalho.....	21
1.1. Fontes materiais.....	21
1.2. Fontes formais.....	22
1.2.1. Fontes formais diretas.....	22
1.2.2. Fontes formais indiretas.....	24
1.2.3. Fontes formais de explicitação.....	25
2. Princípios do direito processual do trabalho.....	26
2.1. Princípios comuns ao direito processual civil e ao direito processual do trabalho.....	28
2.1.1. Princípio dispositivo ou da demanda.....	28
2.1.2. Princípio inquisitivo ou do impulso oficial.....	29
2.1.3. Princípio da instrumentalidade das formas.....	29
2.1.4. Princípio da impugnação especificada.....	30
2.1.5. Princípio da estabilidade da lide.....	31
2.1.6. Princípio da eventualidade.....	31
2.1.7. Princípio da preclusão.....	31
2.1.7.1. Preclusão consumativa.....	33
2.1.7.2. Preclusão temporal.....	33
2.1.7.3. Preclusão lógica.....	33
2.1.7.4. Preclusão ordinatória.....	33
2.1.7.5. Preclusão máxima.....	33
2.1.7.6. Preclusão <i>pro judicato</i>	34
2.1.8. Princípio da economia processual.....	34
2.1.9. Princípio da perpetuo jurisdictionis.....	34
2.1.10. Princípio do ônus da prova.....	34
2.1.11. Princípio da oralidade.....	36
2.1.11.1. Princípio da imediatidade ou da imediação.....	36
2.1.11.2. Princípio da identidade física do juiz.....	37
2.1.11.3. Princípio da concentração.....	37
2.1.11.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	37
2.1.12. Princípio da lealdade processual.....	38
2.1.13. Princípio da cooperação ou colaboração.....	39

2.1.14. Princípio da vedação da decisão surpresa	39
2.1.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	40
2.1.16. Princípio da observância da ordem cronológica de conclusão de processos.....	40
2.2. Princípios peculiares do direito processual do trabalho	41
2.2.1. Princípio da proteção processual.....	42
2.2.2. Princípio da finalidade (ou efetividade) social do processo	43
2.2.3. Princípio da busca da verdade real.....	43
2.2.4. Princípio da indisponibilidade	44
2.2.5. Princípio da conciliação.....	44
2.2.6. Princípio da normatização coletiva.....	46
2.2.7. Outros princípios aplicáveis ao processo trabalhista.....	46
2.2.7.1. Princípio da simplicidade.....	46
2.2.7.2. Princípio da celeridade.....	46
2.2.7.3. Princípio da despersonalização do empregador.....	46
2.2.7.4. Princípio da extrapetição.....	47
3. Autonomia do direito processual do trabalho	48
3.1. O CPC de 2015 e a relativização da autonomia do processo do trabalho	49
3.1.1. Repercussões no processo do trabalho.....	49
4. Posição enciclopédica do direito processual do trabalho	56
5. Conceito de direito processual do trabalho	56
6. Hermenêutica do direito processual do trabalho	57
6.1. Interpretação.....	57
6.2. Integração	61
7. Eficácia da norma processual trabalhista.....	63
7.1. Eficácia da norma processual trabalhista no tempo.....	63
7.2. Eficácia da norma processual trabalhista no espaço.....	66

II

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	67
1. O Poder Judiciário brasileiro.....	67
2. Breve história da Justiça do Trabalho.....	68
3. A organização da Justiça do Trabalho.....	69
3.1. Composição e funcionamento do TST.....	69
3.2. Composição e funcionamento dos TRTs	73
3.3. Composição e funcionamento das Varas do Trabalho.....	74
3.4. Os Juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista.....	75
4. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	75
4.1. Serviços auxiliares na primeira instância	76
4.2. Serviços auxiliares na segunda instância	77
4.3. Oficiais de justiça avaliadores.....	77

III

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.....	79
1. Conceito	79
2. Organização.....	79

3. Competência e atribuições.....	81
4. Funções.....	81
4.1. Plano judicial.....	82
4.1.1. O Ministério Público do Trabalho como parte.....	83
4.1.2. O Ministério Público do Trabalho como custos legis.....	83
4.2. Plano extrajudicial.....	84

IV

A JURISDIÇÃO TRABALHISTA..... 87

1. Métodos de solução dos conflitos trabalhistas.....	87
1.1. Autodefesa.....	87
1.2. Autocomposição.....	87
1.3. Heterocomposição.....	88
2. Jurisdição.....	90
2.1. Conceito de jurisdição.....	90
2.2. Exceções ao exercício da jurisdição.....	91
2.3. Princípios da jurisdição.....	91
2.4. Características da jurisdição.....	92
3. Acesso à Justiça do Trabalho.....	92
3.1. Acesso individual.....	92
3.1.1. Acesso Individual à Justiça do Trabalho e a Reforma Trabalhista.....	93
3.2. Acesso normativo.....	94
3.3. Acesso metaindividual.....	94
4. Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa.....	95

V

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO..... 97

1. A competência da Justiça do Trabalho após a EC n. 45/2004.....	97
2. Competência em razão da matéria.....	97
2.1. Competência material original.....	98
2.1.1. Ações oriundas da relação de emprego.....	98
2.1.1.1. Danos morais e materiais individuais e coletivos.....	99
2.1.1.2. Acidente do trabalho e dano moral em ricochete.....	100
2.1.1.3. Cadastramento de PIS/PASEP.....	102
2.1.1.4. Meio ambiente do trabalho.....	103
2.1.1.5. FGTS.....	103
2.1.1.6. Quadro de carreira.....	104
2.1.1.7. Contribuições previdenciárias e fiscais.....	104
2.1.1.7.1. Contribuições previdenciárias destinadas a terceiros.....	105
2.1.1.7.2. Contribuições destinadas ao Seguro de Acidente do Trabalho (SAT).....	105
2.1.1.8. Seguro-desemprego.....	105
2.1.1.9. Ações possessórias e interdito proibitório.....	106
2.1.1.10. Matéria criminal.....	107
2.1.1.11. Complementação de aposentadoria, pensão e previdência privada.....	108

2.1.2.	Ações oriundas da relação de trabalho.....	109
2.1.2.1.	Relação de trabalho avulso.....	111
2.1.2.2.	Relação de trabalho eventual.....	112
2.1.2.3.	Relação de trabalho autônomo e relação de consumo.....	112
2.1.2.4.	Contrato de honorários advocatícios.....	113
2.1.2.5.	Contratos de empreitada.....	114
2.1.2.6.	Contrato entre médico e plano de saúde.....	115
2.1.2.7.	Contrato de estágio.....	116
2.1.2.8.	Motorista do transporte rodoviário de cargas.....	117
2.1.2.9.	Representante comercial.....	118
2.2.	Competência material derivada.....	118
2.3.	Competência material executória.....	122
2.3.1.	Competência para executar contribuições previdenciárias.....	123
3.	Competência em razão da pessoa.....	124
3.1.	Pessoas físicas que podem demandar na Justiça do Trabalho.....	125
4.	Competência em razão da função.....	128
4.1.	Competência funcional dos Juízes das Varas do Trabalho.....	128
4.2.	Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho.....	131
4.3.	Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho.....	133
5.	Competência em razão do lugar.....	137
5.1.	Local da prestação do serviço.....	138
5.2.	Empregado agente ou viajante comercial.....	140
5.3.	Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro.....	141
5.4.	Empresa que promove atividade fora do lugar da celebração do contrato.....	142
5.5.	Foro de eleição.....	143
6.	Competência internacional.....	144
7.	Modificações da competência.....	145
7.1.	Prorrogação.....	146
7.2.	Conexão.....	147
7.3.	Continência.....	148
7.4.	Prevenção.....	148
8.	Conflitos de competência.....	149

VI

PARTES E PROCURADORES 153

1.	Sujeitos do processo e sujeitos da lide.....	153
2.	Partes.....	154
3.	Litisconsórcio.....	155
3.1.	Litisconsórcio ativo (“reclamatória plúrima”).....	156
3.2.	Litisconsórcio ativo facultativo multitudinário.....	156
3.3.	Litisconsórcio passivo.....	157
4.	Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	158
5.	<i>Jus postulandi</i>	161
6.	Representação e assistência.....	162
7.	Representação por advogado.....	167

7.1. Mandato tácito ou <i>apud acta</i>	169
8. Assistência judiciária gratuita, benefício da justiça gratuita e princípio da gratuidade.....	170
9. Deveres das partes e de todos que participam do processo.....	173
9.1. Litigância de má-fé.....	175

VII

ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS.....	177
1. Atos e termos processuais.....	177
1.1. Atos processuais.....	177
1.2. Termos processuais.....	179
2. Comunicação dos atos processuais.....	179
2.1. Notificação.....	179
2.2. Citação.....	180
2.3. Intimação.....	181
3. Prazos processuais.....	183
3.1. Classificação.....	183
3.2. Contagem dos prazos.....	185

VIII

DESPESAS PROCESSUAIS	189
1. Conceito.....	189
1.1. Custas e emolumentos.....	189
1.1.1. Pagamento de custas e emolumentos.....	194
1.1.2. Isenção ou dispensa do pagamento das despesas processuais.....	196
1.2. Honorários advocatícios.....	199
1.2.1. Honorários advocatícios nas ações acidentárias.....	206
1.2.1.1. Honorários advocatícios em outras ações indenizatórias.....	206
1.2.2. Honorários advocatícios na substituição processual.....	208
1.2.3. Honorários advocatícios nas ações oriundas da relação de trabalho.....	211
1.3. Honorários do intérprete.....	212
1.4. Honorários periciais.....	212
2. Despesas processuais no microsistema do processo coletivo.....	214

IX

VÍCIOS, NULIDADES E DEFEITOS DO ATO PROCESSUAL	217
1. Conceito.....	217
2. Distinções e espécies.....	218
3. Extensão, arguição e efeitos.....	219
4. Princípios das nulidades processuais.....	220
4.1. Princípio da instrumentalidade das formas.....	220
4.2. Princípio do prejuízo ou da transcendência.....	220
4.3. Princípio da preclusão ou convalidação.....	221
4.4. Princípios da economia e da celeridade processuais.....	222
4.5. Princípio do interesse.....	222
4.6. Princípio da utilidade.....	223

X

DISSÍDIO (AÇÃO) INDIVIDUAL	225
1. Terminologia, conceitos e espécies.....	225
2. Elementos da ação individual trabalhista.....	226
3. Natureza jurídica da ação trabalhista.....	227
4. Condições da ação trabalhista.....	229
5. Classificação das ações trabalhistas.....	232
5.1. Ações de conhecimento.....	232
5.1.1. Ação declaratória incidental.....	234
5.1.2. Ações inibitórias.....	235
5.1.3. Ação de remoção do ilícito.....	235
5.2. Ações executivas.....	235
5.3. Ações cautelares.....	236
6. Processo.....	236
6.1. Pressupostos processuais.....	237
7. Procedimento.....	239
7.1. Procedimento comum ordinário.....	240
7.2. Procedimento comum sumário.....	240
7.3. Procedimento comum sumaríssimo.....	241
7.4. Procedimento de Jurisdição Voluntária.....	243
8. Petição inicial.....	244
8.1. Do pedido.....	251
8.1.1. Dos pedidos líquidos e ilíquidos.....	254
8.2. Alteração da petição inicial.....	258
8.3. Indeferimento da petição inicial.....	259
9. Da tutela provisória.....	260
9.1. A tutela provisória e a extinção do processo cautelar.....	261
9.2. Terminologia.....	261
9.3. Requisitos.....	261
9.4. Provimentos antecipatórios no processo do trabalho.....	262
9.5. Tutela provisória de urgência.....	263
9.6. Natureza jurídica da tutela provisória antecipada.....	264
9.7. O ato judicial que concede a tutela provisória antecipada.....	265
9.8. Procedimento da tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	266
9.9. Procedimento da tutela provisória de urgência cautelar antecedente.....	267
9.10. Tutela provisória da evidência.....	268

XI

AUDIÊNCIA.....	271
1. Aspectos gerais da audiência trabalhista.....	271
2. Comparecimento das partes e dos advogados.....	274
3. “Arquivamento da reclamação”.....	276
4. Revelia e confissão.....	277
4.1. Revelia e confissão das pessoas jurídicas de direito público.....	279

4.2. Réu revel citado por edital e o curador especial.....	280
5. Conciliação.....	281
6. Razões finais e conciliação pré-decisória.....	282

XII

DEFESA DO RECLAMADO..... 285

1. Defesa do reclamado.....	285
1.1. Exceções.....	286
1.1.1. Exceção de Suspeição.....	286
1.1.2. Exceção de Incompetência.....	288
1.2. Contestação.....	289
1.2.1. Contestação contra o processo.....	292
1.2.2. Contestação contra o mérito.....	293
1.2.2.1. Prescrição.....	293
1.2.2.2. Compensação, dedução e retenção.....	296
1.3. Impugnação ao valor da causa.....	297
1.4. Reconvênção.....	299

XIII

PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO..... 303

1. Conceito.....	303
2. Princípios relativos às provas.....	304
3. Objeto da prova.....	308
4. Meios de prova.....	309
4.1. Interrogatório, depoimento e confissão.....	309
4.2. Testemunhas.....	311
4.3. Documentos.....	315
4.3.1. Oportunidade de juntada de documentos.....	318
4.3.2. Incidente de falsidade.....	319
4.3.3. Exibição de documentos.....	319
4.3.4. Documentos produzidos eletronicamente.....	321
4.4. Perícia.....	321
4.4.1. Sistemática de realização das perícias.....	323
4.4.2. Prova pericial emprestada.....	325
4.5. Inspeção judicial.....	326
5. Ônus da prova no processo do trabalho.....	326
5.1. Inversão do ônus da prova.....	329

XIV

SENTENÇA E COISA JULGADA NOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS..... 333

1. Sentença.....	333
1.1. Conceito e classificação.....	333
2. Requisitos da sentença.....	338
3. Termo de conciliação e seus efeitos.....	348

3.1. Homologação de Acordo Extrajudicial	350
4. Coisa julgada.....	350

XV

SISTEMA RECURSAL TRABALHISTA.....	355
1. Conceito de recurso	355
2. Princípios recursais	355
3. Efeitos dos recursos.....	359
4. Pressupostos recursais.....	364
4.1. Pressupostos intrínsecos ou subjetivos	364
4.2. Pressupostos extrínsecos ou objetivos.....	365
4.2.1. Preparo recursal (custas e depósito recursal).....	366
5. Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso (ampliação dos poderes do relator)	371
6. Espécies de recursos trabalhistas.....	373
6.1. Recurso ordinário	373
6.2. Agravo de instrumento	379
6.3. Agravo de petição.....	385
6.4. Agravo regimental e agravo interno	389
6.5. Embargos de declaração	393
6.6. Recurso de revista.....	399
6.6.1. Recursos de revista repetitivos.....	410
6.7. Recursos de embargos no TST	412

XVI

LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA.....	419
1. Conceito e natureza jurídica.....	419
2. Espécies.....	420
2.1. Liquidação por cálculo	422
2.2. Liquidação por arbitramento.....	426
2.3. Liquidação por artigos ou pelo procedimento ordinário	428
3. “Sentença” de liquidação.....	429

XVII

EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	431
1. Natureza, autonomia e princípios da execução trabalhista	431
2. Aplicação subsidiária da lei de execuções fiscais e do CPC.....	438
3. Execução provisória e execução definitiva	440
3.1. Carta de sentença	445
4. Execução de títulos judiciais e extrajudiciais.....	445
4.1. Legitimidade <i>ad causam</i> na execução trabalhista.....	447
4.1.1. Legitimação ativa.....	447
4.1.2. Legitimação passiva.....	448
4.1.2.1. Desconsideração da pessoa jurídica do executado	450
4.1.2.2. Responsabilidade do sócio retirante.....	451

4.1.2.3. Garantia do Juízo.....	451
4.2. Competência.....	452
5. Execução das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	452
6. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	456
6.1. Mandado de citação.....	458
6.2. Multa de 10% pelo não pagamento espontâneo da obrigação por quantia certa.....	459
6.3. Penhora.....	462
6.3.1. Bens impenhoráveis.....	466
6.3.1.1. Bens de família.....	471
6.3.2. Penhora de crédito do executado.....	472
6.3.3. Penhora de empresa.....	473
6.3.4. Penhora on-line.....	475
6.3.5. Penhora de imóvel.....	476
6.3.6. Depósito e depositário infiel.....	477
7. Embargos à execução.....	478
7.1. Matéria arguível na impugnação do devedor.....	480
7.2. Parcelamento da dívida trabalhista.....	481
7.3. Impugnação à sentença de liquidação.....	483
7.4. Recorribilidade da decisão dos embargos do executado.....	483
7.5. Execução das prestações sucessivas.....	484
8. Exceção ou objeção de pré-executividade.....	484
9. Expropriação dos bens do devedor.....	486
9.1. Avaliação.....	486
9.2. Expropriação antecipada.....	487
9.3. Praça e leilão.....	488
9.4. Arrematação.....	489
9.4.1. Preço vil.....	490
9.4.2. Arrematação pelo próprio exequente.....	492
9.4.3. Auto de arrematação.....	492
9.4.4. Irrecorribilidade da decisão homologatória da arrematação.....	493
9.5. Adjudicação.....	493
9.6. Remição.....	494
9.7. Alienação por iniciativa particular.....	494
9.8. Embargos (impugnação) à arrematação e à adjudicação.....	495
10. Fraude à execução.....	496
11. Execução contra a massa falida e contra a empresa em recuperação.....	498
12. Execução contra a Fazenda Pública.....	503
13. Execução das contribuições previdenciárias.....	523
14. Execução fiscal na Justiça do Trabalho.....	526
15. Suspensão e extinção da execução.....	529

XVIII

INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	533
1. Conceito e denominação.....	533
2. Cabimento.....	534

3. A questão do prazo para ajuizamento.....	537
4. Procedimento do inquérito	538
5. A sentença e seus efeitos	538

XIX

DISSÍDIO COLETIVO..... 541

1. Conceito e natureza jurídica.....	541
2. Classificação	542
3. Competência.....	544
4. Procedimento.....	545
4.1. A petição inicial.....	547
4.2. A legitimidade das partes.....	548
4.3. A questão do “comum acordo”	550
5. Sentença normativa.....	551
5.1. Efeitos e vigência.....	552
5.2. Extensão das decisões e revisão.....	555

XX

AÇÃO DE CUMPRIMENTO..... 557

1. Noções gerais.....	557
2. Conceito.....	558
3. Natureza jurídica.....	558
4. Legitimidade e interesse.....	559
5. Competência.....	560
6. Procedimento.....	560
7. Reforma da sentença normativa e ação de cumprimento.....	561
8. Prescrição.....	561

XXI

OUTRAS AÇÕES ADMISSÍVEIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO 563

1. Ação de consignação em pagamento.....	563
2. Ação de exigir contas.....	567
3. Mandado de segurança (individual e coletivo).....	569
4. Ação monitória.....	595
5. Ação anulatória.....	598
5.1. Ação anulatória de sentença.....	598
5.2. Ação anulatória de cláusulas convencionais.....	600
6. Ação civil pública.....	601
7. Ação civil coletiva.....	608
8. Ação rescisória no processo do trabalho.....	609
9. Ações cautelares no processo do trabalho.....	620
10. Embargos de terceiro.....	620

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 623